

As necessidades de refinanciamento das 94 empresas que constituem o Sector Empresarial do Estado podem ascender a mais de 6 mil milhões de euros

ANTÓNIO PEDRO SANTOS

poupança atingida seria muito superior, não fosse o aumento previsto de encargos financeiros em 378 milhões de euros, resultante, quer do aumento do nível de endividamento em 2011, quer do aumento dos spreads praticados nos novos financiamentos", explica o relatório.

RISCOS ENSOMBRA A reforma do Sector Empresarial do Estado é vista como "um elemento essencial" para que as contas nacionais comecem a melhorar mas, ainda assim, está rodeada de sérios e reais riscos, conforme admite o governo.

"A elevada dimensão das empresas reclassificadas, cujo impacto no défice de 2010 ascendeu a 0,8% do PIB, e pela primeira vez integradas na elaboração do Orçamento do Estado, expõe as contas públicas a um risco adicional", aponta o relatório, que define que "o risco orçamental é, nesta situação, o de agravamento do défice".

E que riscos são esses: a redução da procura nas empresas de transporte, a existência de tarifários desadequados, o aumento dos encargos financeiros por via do aumento das taxas de juro de referência, a incapacidade negocial com os fornecedores em virtude dos elevados prazos médios de pagamento a fornecedores e a exposição ao aumento do preço das matérias-primas, tal como o combustível – o governo prevê um preço médio de 108,6 dólares por barril, que compara com os 110 dólares por barril de ontem. Tudo isto serão assim factores que ficarão durante todo o ano de 2012 como ameaças pendentes sobre o défice nacional.

FECHO DE 24 ENTIDADES Segundo o OE, o Ministério da Economia vai, no próximo ano, fechar 24 entidades públicas (para 37) e acabar com 495 lugares de dirigentes (de 1 264 para 769), não sendo contabilizados para estes números extinções realizadas em organismos partilhados.

IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS SOBE ATÉ 11,4% O imposto sobre veículos (ISV) vai aumentar de 7,6% para 11,4% juntando as componentes ambiental e cilindrada. Os aumentos começam nos 7,6% para automóveis de baixa cilindrada e a gasolina e terminam nos 11,4% para carros de alta cilindrada e a gasóleo.

Em detalhe

PPP vão custar 1036 milhões em 2012

FACTURA

O governo estima gastar 1389 milhões com as parcerias público-privadas em 2012. A este valor retiram-se alguns proveitos, nomeadamente com portagens. Assim, o custo líquido das PPP ficará em 1036 milhões.

RODOVIA

Os encargos brutos das parcerias rodoviárias do Estado e das subconcessões das Estradas de Portugal ascendem a 943 milhões em 2012. Com portagens, custo desce para 590 milhões.

SAÚDE, FERROVIA E SEGURANÇA

Os encargos líquidos com as PPP de saúde, ferrovia e segurança serão de 446 milhões de euros. Destes, 320 milhões serão de saúde e incluem a construção e a gestão dos novos hospitais de Braga e Loures.

FUTURO

As PPP vão custar mais de 2 mil milhões de euros por ano entre 2015 e 2018. Até 2051, as PPP rodoviárias vão receber 21,5 mil milhões.



As facturas nos restaurantes vão aumentar

DAVID CLIFFORD

Do IMI ao IRS, passando pelo ISV, nenhuma sigla fica por aumentar

IVA em restauração e refrigerantes sobe para 23%. Água deixa de ser bem de primeira necessidade

O menu fiscal pensado pelo governo para 2012 vai forçar um emagrecimento generalizado no rendimento disponível dos portugueses em benefício do Estado.

IRS E ISV Os escalões do IRS, decidiu o governo, vão ignorar a inflação em 2012 – empurrando quem registe aumentos no rendimento para o escalão superior. Além disso, os pensionistas com pensões entre os 3600 e os 6 mil euros anuais deixam de deduzir na totalidade os seus rendimentos. Também a tributação automóvel é revista em alta – o ISV sobe 11,4% – e o tabaco volta a sofrer aumentos: mais 14%.

IMI Quanto à habitação, as taxas de imposto municipal de imóveis (IMI) irão pagar uma taxa entre 0,5% e os 0,8% – para imóveis reavaliados ou vendidos de 2004 em diante – o que representa um ligeiro aumento, já que este imposto está balizado entre 0,4% e 0,7%

actualmente. Para os prédios que ainda não foram reavaliados, o intervalo dá um salto idêntico de 0,1 pontos e passa a ser de 0,3% a 0,5% – para os prédios devolutos os impostos triplicam.

IVA SOBE Apesar de toda a pressão do sector, o governo confirmou o aumento do IVA da restauração para 23%, tendo também revisto a base dos escalões inferiores deste imposto. Assim, os bilhetes para espectáculos passam de 6% para 23%, à imagem dos refrigerantes, das sobremesas lácteas ou das batatas fritas congeladas.

Quanto ao escalão dos 13%, e além dos restaurantes, deixam de estar neste patamar para saltar para o superior as pizzas congeladas, o café, as refeições prontas, as frutas de conserva e os frutos secos, a margarina e os óleos.

Caso curioso ocorre com as águas engarrafadas. Se por um lado o leite achocolatado vai continuar a ser visto como um bem de primeira necessidade, continuando a ser taxado a 6%, as águas engarrafadas deixam de fazer parte desse leque de produtos. O governo vai passar a tributá-las com um IVA de 13%, contra os anteriores 6%. F.P.C.

"Proposta de terrorismo social sobre os portugueses. Merece uma resposta frontal e veemente numa greve geral."

Pedro Filipe Soares

DEPUTADO DO BE



DEPÓSITOS A PRAZO PERDEM BENEFÍCIOS

O OE mata os benefícios fiscais para depósitos de prazo superior a cinco anos – actualmente dão direito a 20% de desconto na taxa de IRS paga pelos ganhos. O Estado está a perder depositantes para a banca, podendo assim inverter essa situação.

Certificados. OE prevê fuga de 1 500 milhões de euros

Governo assume que os portugueses estão a perder o interesse pelos produtos de poupança do Estado

Os portugueses contribuem cada vez menos para o financiamento do Estado. O governo prevê perder, até ao final do ano, 4 080 milhões de euros com os certificados de aforro, o produto de poupança do Estado outrora privilegiado pelos portugueses. Até ao final de Agosto, o saldo líquido deste instrumento (diferença entre entradas e saídas) era negativo em 3 mil milhões. Isto significa que, até ao final do ano, os portugueses deverão resgatar mais mil milhões. No total, a perda é seis vezes superior ao estimado por Sócrates no OE para este ano.

Para o próximo ano, o OE estima um saldo líquido negativo de 1,5 mil milhões. Um valor que poderá ser ainda maior, uma vez que a proposta de OE assume que o risco do "saldo negativo de instrumentos de dívida de retalho tenha sido subestimado". Para os certificados do tesouro, o Executivo prevê um encaixe 742 milhões este ano e 600 milhões em 2012.

As necessidades de financiamento do Estado deverão descer de 18,7 mil milhões este ano para 17,4 mil milhões em 2012, dos quais 8 mil milhões são destinados ao reforço do fundo de recapitalização da banca. Em 2012, Portugal deverá receber cerca de 30,3 mil milhões da troika, "que será suficiente para cobrir as necessidades líquidas de financiamento" e as perdas dos restantes instrumentos. S.A.S.

13,4%

O tabaco aumenta 13,4% em 2012, mas o governo reviu a taxa ad valorem, cobrada aos retalhistas, para 20%. A taxa do tabaco de enrolar passa a 61,4% (era 60%) e é criado um imposto mínimo (0,075€/grama).